



Mailson (D) a Chiarelli: “Não há segredos para o Congresso”

Mailson expõe plano ao Senado

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, vai expor na próxima 4ª-feira, no Senado, em sessão secreta, as idéias básicas da estratégia do governo para a negociação da dívida externa com os bancos credores. O encontro reservado com os senadores foi acertado ontem entre Mailson e o presidente da Comissão Especial da Dívida no Senado, Carlos Chiarelli, que ouviu do ministro a garantia de que o sigilo imposto pelo governo nas conversas com os credores não vai atingir o Congresso.

— Não haverá reservas nem segredos para o Congresso, que se manterá informado do encaminhamento das negociações — disse Mailson da Nóbrega ao senador Chiarelli. O ministro, segundo Chiarelli, quer manter “um diálogo permanente” com o Legislativo, mas insiste em que os detalhes não podem ser debatidos abertamente pela sociedade.

O encontro de ontem entre Mailson e Chiarelli foi uma iniciativa do próprio ministro, que, no início da manhã, telefonou ao senador para explicar que não tinha interesse em deixar o Congresso à parte das negociações

e que pretendia apresentar à Comissão uma exposição com três assuntos específicos: análise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, das características da dívida brasileira e apresentação das idéias do governo para essa segunda etapa de negociação, que começa na próxima segunda-feira.

Foi uma conversa rápida em que Mailson, segundo Chiarelli, se manteve reservado em relação aos assuntos da negociação. Apenas afirmou que haverá poucas inovações em relação à proposta formulada em setembro pelo ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, que inclui a securitização da dívida brasileira.

O senador disse não acreditar no fechamento de um acordo em prazo inferior a dois meses e espera que a Constituinte encerre seus trabalhos antes da conclusão das negociações. Caso isto ocorra, os parlamentares, que pela atual Constituição não podem interferir nas decisões do Executivo sobre a questão da dívida, terão poderes para aprovar ou não as condições do acordo externo, inclusive a reproximação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.